



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PLANO DE ENSINO

I – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA			
Nome	Direito Ambiental Internacional		
Curso	Pós-Graduação em Direito Mestrado e Doutorado		
Código	DIR mestrado doutorado	Carga horária	45 h/a 3 créditos
Ano	2017	Período	3º Trimestre
Dias e horários	terças - feiras 14:30 – 18:00		
Professor	Dra. Cristiane Derani (Cristiane.derani@ufsc.br)		

II – EMENTA	
Apresentar a gênese e o desenvolvimento do Direito Ambiental Internacional, analisar as fontes, normas e princípios do DAI. Estudar os regimes de proteção das águas internacionais, do ambiente marinho, da atmosfera e da biodiversidade. Construir o conhecimento do DAI a partir de análise de casos emblemáticos.	

III – OBJETIVOS	
Geral	Construir as bases para o estudo do Direito Ambiental Internacional, situando-o na história das relações internacionais, ampliando o conhecimento sobre suas normas e sobre os diversos bens tutelados.
Específicos	<ol style="list-style-type: none">1. Contextualizar o Direito Ambiental Internacional no desenvolvimento da sociedade industrial.2. Apresentar a estrutura das normas mais significativas do DAI.3. Posicionar o DAI no Direito Internacional, sobretudo pela identificação de seus princípios.4. Estudar alguns dos regimes de proteção internacional do ambiente.5. Compreender os conflitos no DAI, a partir de estudo de casos

IV – CONTEÚDO

1 Formação Histórica do Direito Ambiental Internacional 2 aulas

- 1.1 Antecedentes e Estocolmo.
- 1.2 Eco 92: formação e conseqüências.
- 1.3 Vinte anos até Rio+20 – O futuro que queremos.

2 Estrutura do Direito Ambiental Internacional 2 aulas

- 2.1 Direito Internacional e Meio Ambiente: objeto e fontes.
- 2.2 Direitos e obrigações dos Estados.
- 2.3 Governança Ambiental e Direito Ambiental Internacional
- 2.4 Relação entre direito interno e direito internacional

3 Trail Smelter 1 aulas

- 3.1 Poluição Transfronteiriça
- 3.2 Responsabilidade internacional (pessoas – propriedades)
- 3.3 Técnica e Juízo no Direito Ambiental
- 3.4 Dano ambiental
- 3.5 poluidor-pagador

4 Nuclear Test 1 aulas

- 4.1 Resíduos danosos
- 4.2 Princípio da prevenção e da precaução
- 4.3 Direito intergeracional
- 4.4 Direito internacional costumeiro e meio ambiente
- 4.5 Avaliação de Impacto Ambiental

5 Gabcikovo Nagymaros 2 aulas

- 5.1 Águas transfronteiriças
- 5.2 Soberania Permanente sobre Recursos Naturais
- 5.3 Estado de necessidade - direitos humanos
- 5.4 Desenvolvimento Sustentável

6 Pulp Mills 2 aulas

- 6.1 UN watercourse convention –customary law
- 6.2 uso equitativo recurso compartilhado e desenvolvimento sustentável
- 6.3 Avaliação de Impacto Ambiental – risco de transfronteiriço

V – FONTES

Bibliografia

Andorno, Roberto. The precautionary Principle: A new legal standard for a technological age. JIBL vol 01 1 20014

Birnie, Patricia; Boyle, Alan. International Law & Environment. Oxford University Press, 2002.

Boyle, Alan. Developments in International Law of EIA and their Relation to the Espoo Convention.

Brownlie, Ian. Principles of Public International Law. 7th ed. Oxford University Press 2008.

Cançado Trindade, Antonio Augusto. Direitos Humanos e Meio Ambiente. Fabris, Porto Alegre, 1993.

Carson, Rachel. Silent Spring. Houghton Mifflin Company, Boston, 2002.

Cassese, Antonio. International Law. 2nd ed. Oxford University Press, New York, 2005.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Nosso futuro

comum. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.

Costa Ribeiro, Wagner. A Ordem Ambiental Internacional. Ed. Contexto, São Paulo. 2001.

Del Vecchio, Ângela; **Dal Ri Jr.**, Arno. Il Diritto Internazionale dell'ambiente dopo Il vértice di Hojannesburg. Napoli, Editoriale Scientifica, 2005.

Derani, Cristiane; **Fontoura Costa**, José Augusto. Direito Ambiental Internacional. Santos, Leopoldianum, 2001.

Ebbesson, Jonas. Compatibility of international and national environmental Law. Upsala, Iustus Forlag, 1996.

Goldstein, Judith L., Kahler, Miles; Keohane, Robert ^o Legalization and World Politics. Cambridge, MIT Press, 2001.

Guruswamy, Lakshman. International Environmental Law. Thomson West, United States, 2003.

Holder, Jane; Lee, Maria. Environmental Protection, Law and Policy. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

Imperiali, Claude (ed.) L'effectivité Du droit international de l'environnement. Economica, Paris, 1998.

Kerbrat, Yann; Maljean-Dubois, Sandrine. The transformation of International Environmental Law. Pedone & Hart, London – Paris, 2011.

Kiss, Alexandre; Beurier, Jean-Pierre. Droit International de l'environnement. Pedone, Paris, 2000.

Lavieille, Jean-Marc. Droit international de l'environnement. Limoges, Ellipses, 1998.

Leme Machado, Paulo Affonso. Direito dos Cursos de Água Internacionais. São Paulo, Malheiros, 2009.

Mazzuoli, Valério de Oliveira (org.). O Novo Direito Internacional do Meio Ambiente. Paraná, Juruá, 2011.

Meadows, Donella and Denis. Limits to growth – the 30 year update. Earthscan, London, 2006.

Monedière, Gérard. Os resíduos no Direito Internacional do Ambiente. www.escola.mpu.mp.br/linha-editorial/outras-publicações/serie-grandes-eventos-meio-ambiente/Gerard_Monediaire.

Morgenthau, Hans J. Politics Among Nations – the struggle for Power and peace. 7. ed. Mac Graw- Hill, New York, 2006.

Nascimento e Silva, Geraldo Eulálio. Direito Ambiental Internacional: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e a nova ordem mundial. Thex, Rio de Janeiro, 2002.

Park, Jacob; Cona, Ken (ed.). The Crisis of Global Environmental Governance. Routledge, London, 2008.

Prieur, Michel; Lambrechts, Claude (ed.) Les Hommes et l'Environnement– en hommage à Alexandre Kiss. Editions Frison-Roche, Paris, 1998.

Prieur, Michel; Sozzo, Gonzalo. La non Régression en droit de l'environnement. Bruxelles, Bruylant, 2012.

Richardson, Benjamin J.; Wood, Stepan. Environmental Law for Sustainability. Oxford, Hardt Publishing, 2006.

Sachs, Ignacy. Initiation à l'écodéveloppement. Privat, Toulouse, 1981.

Sands, Philippe. Principles of International Environmental Law. Cambridge University Press, 2003.

Schrijver, Nico. The Evolution of Sustainable Development in International Law: conception, Meaning and Status. Hague Academy of International Law, 2008.

	<p>----- - Sovereignty over Natural Resources: Balancing Rights and Duties. Cambridge University Press, 1997.</p> <p>Sohnle, Jochen. Le droit international des ressources en eau douce: solidarité contre souveraineté. Aix-en- Provence. La documentation française, 2002.</p> <p>----- - Development without Destruction – The UN and Global Resource Management. Indiana University Press, 2010.</p> <p>Schwabach, Aaron. International Environmental Disputes. Abc Clio, Santa Barbara, 2006.</p> <p>Shaw, Malcon. International Law. Cambridge, 2003.</p> <p>Silva Soares, Guido Fernando da. Direito Internacional do Meio Ambiente. Ed. Atlas, São Paulo, 2003.</p> <p>..... As Responsabilidades no Direito Internacional do Meio Ambiente.</p> <p>Dupuy, Pierre-Marie, Vinuales, Jorge. International Environmental Law. Cambridge University Press, 2015.</p> <p>Young, Oran R. International Governance. Protecting the Environment in a Stateless Society. Cornell University Press, Ithaca – London 1994.</p> <p>Stockholm and Beyond – Report of the Secretary of State’s Advisory Committee on the 1972 UNConference on the Human Environment, May 1972.</p>
Casos	<p>Trail smelter (USA v. Canada)</p> <p>Nuclear Tests (New Zealand v. France) 1973</p> <p>Gabcikovo- Nagymaros Projekt (Hungary v. Slovakia) 1997</p> <p>Southern Bluefin Tuna Case (New Zealand v. Japan) 1999</p>
Sites	<p>SciELO Brasil (http://www.scielo.br/)</p> <p>http://www.cbd.int</p> <p>http://www.unfccc.int</p> <p>http://www.un.org</p> <p>http://www.onu.org.br</p> <p>http://www.icj-cij.org</p> <p>http://unep.org</p>